

A IMPORTÂNCIA DA TRIAGEM DO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO UM DOCUMENTO NORTEADOR PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DENTRO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)¹

Tamires Bordignon²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as triagens do setor de assistência social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Casca (RS), realizadas no período de 2014 a 2019, a fim de identificar características de seu público-alvo, bem como seu perfil, o contexto social e a expectativa das famílias. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, aplicando-se, como instrumento de coleta de dados, um roteiro com perguntas abertas e fechadas. Os resultados alcançados são apresentados através de quatro categorias: a primeira diz respeito ao perfil, ao contexto social e às condições de vida do público-alvo da instituição; a segunda se refere à invisibilidade das famílias nas triagens, aos relacionamentos intrafamiliares e às condições para atender à deficiência dos sujeitos; já a terceira discorre sobre o processo de encaminhamento da pessoa com deficiência para a APAE e o modo como esse processo foi realizado; e, a quarta aborda as expectativas das famílias durante o acolhimento institucional.

Palavras-chave: APAE. Pessoa com deficiência. Triagens. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

O processo para a elaboração deste artigo de conclusão de curso começou com a nossa inserção junto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Casca (RS); cidade de pequeno porte, porém que possui a APAE como referência para os demais municípios da região. Essa inserção se deu através da disciplina de Estágio Obrigatório em Serviço Social I, II e III, do curso Bacharelado em Serviço Social, da Universidade de Passo Fundo (UPF). O processo de estágio aconteceu durante o período de um ano e meio; nele, desenvolvemos atividades que deram base para esta pesquisa.

Primeiramente, foi realizada a Leitura de Realidade Institucional, na qual aprimoramos nosso conhecimento sobre o campo e as demandas que se apresentavam naquela realidade, a fim de identificar o objeto de intervenção do futuro projeto a ser desenvolvido. A partir desse contexto e diante dos acompanhamentos, das observações, da escuta sensível e das entrevistas realizadas, esta pesquisa se mostrou importante, buscando analisar as triagens feitas no momento da acolhida de novos assistidos na APAE de Casca (RS), pelo setor de assistência social da instituição.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, pela Universidade de Passo Fundo; orientado pela professora Dra. Giovana Henrich, em 2020/2.

² Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade de Passo Fundo.

De acordo com Matos (2005, p. 35), a triagem

tem por objetivo fazer um levantamento geral do quadro em que se encontra o educando e a elegibilidade ou não para continuar o processo avaliativo da instituição. [...] é realizada através de um questionário com perguntas que objetivam fazer um histórico da vida do educando desde o período gestacional.

Sendo assim, por que utilizar a triagem? Ela é um processo inicial da inserção do sujeito na instituição, sendo, também, um dos procedimentos que foi mais acompanhado durante o estágio realizado, despertando, assim, um maior interesse em estudarmos este documento a fundo. Na triagem do Serviço Social da APAE de Casca (RS), são encontradas inúmeras questões que nos auxiliam a entender o perfil de seus usuários, seus contextos sociais, suas expectativas e, principalmente, qual é o público-alvo da instituição, com o objetivo de analisar quais são as possibilidades de intervenção de uma Organização da Sociedade Civil (OSC), considerando as características acima citadas.

Além disso, o primeiro técnico da associação a realizar o contato com o familiar é o assistente social – por meio das triagens –, para a coleta dos dados. Dessa forma, o acolhimento se torna mais sensível e humanizado, uma vez que esse profissional é preparado para desenvolver relações a partir da formação de vínculos entre a instituição e as famílias, sempre articulado aos preceitos éticos da profissão.

Cabe ressaltarmos, ainda, que as APAEs surgiram para ofertar atenção integral à pessoa com deficiência, em consequência da falta de políticas públicas disponibilizadas pelo Estado, visando garantir a inclusão desses sujeitos. Desse modo, essas associações se encontram como o maior movimento comunitário do mundo, atuando na área educacional, assistencial, cultural e social (SILVA *et al.*, 2016).

Ademais, reconhecemos aqui o público-alvo desse movimento, sendo necessária, então, a sua breve descrição e apresentação. A pessoa com deficiência é, segundo o Estatuto da APAE de Casca (RS),

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (APAE CASCA, 2015).

Entretanto, historicamente, já foram utilizadas outras nomenclaturas para esses sujeitos, como cita Martendal (2008, p. 28), “já se teve ‘portador de deficiência’, ‘pessoa com necessidades especiais’, ‘portador de necessidades especiais’, ‘deficientes’ e, finalmente,

‘pessoa com deficiência’. Frente a isso, Sasaki (1997) ressalta que é necessário que sejam compreendidos os conceitos fundamentais para que, assim, sejam realizadas e analisadas novas ações, serviços e políticas públicas mais eficientes e abrangentes.

Correspondendo ao projeto de pesquisa que potencializou este artigo, o problema de pesquisa que buscamos responder está vinculada a análise dos dados triados pelo setor de assistência social da APAE de Casca (RS), no período de 2014 a 2019, com o intuito de realizarmos o levantamento do perfil e do contexto social do público-alvo da APAE dessa cidade, através de uma pesquisa documental; bem como, identificarmos qual é a expectativa das famílias, referente ao possível ingresso de seus dependes na instituição, no momento do acolhimento junto à associação. Esses objetivos têm como maior finalidade analisar quais são as possibilidades de intervenção de uma organização social como a APAE em questão, considerando os aspectos sociais e as características do seu público-alvo.

Diante do exposto, este artigo está estruturado a partir desta introdução, com um segundo tópico que aborda o desenvolvimento, explanando a metodologia utilizada para desenvolvermos esta pesquisa. Por sua vez, o terceiro tópico apresenta os resultados alcançados, sendo estes divididos em quatro categorias organizadas através da técnica de análise de conteúdo, com vistas a melhor estudar os dados coletados. Por fim, a conclusão aponta os objetivos que foram alcançados neste processo.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como mencionamos no item anterior, esta pesquisa é de cunho documental, tendo um roteiro de coleta de dados como instrumento para alcance das informações. Nesse ínterim, importa explicarmos que esse tipo de pesquisa é uma metodologia que busca entender a realidade por meio do estudo de documentos, objetivando responder às questões apresentadas na investigação, fazendo com que o pesquisador apresente esforços para compreender e refletir sobre os dados coletados (SILVA *et al.*, 2009).

A pesquisa documental se dá através de duas etapas: a primeira é a coleta dos documentos, fazendo com que o pesquisador identifique suas fontes e se aproxime do local da coleta; enquanto a segunda é a análise do conteúdo, parte que tem grande relevância no processo, pois exige, do investigador, a capacidade de interpretar, estudar e analisar os dados identificados, buscando responder aos seus objetivos (SILVA *et al.*, 2009).

Conforme referimos, esta pesquisa teve um roteiro como instrumento de coleta, o qual foi composto por perguntas abertas e fechadas, a fim de analisarmos os documentos relativos

às triagens do setor de assistência social da APAE de Casca (RS). A escolha desse instrumento teve como finalidade analisar os dados com maior clareza e assertividade.

A pesquisa possui abordagem quanti-qualitativa, a qual, segundo Souza e Kerbauy (2017), refere-se à utilização de duas abordagens simultâneas, o que permite uma visualização mais ampla do problema em investigação, acarretando em maior autenticidade dos resultados.

Para realizarmos a análise dos dados desta pesquisa, utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo (AC) estruturada pela autora Laurence Bardin. Conforme Moraes (1999), a AC é empregada para descrever e explicar o conteúdo dos documentos, ajudando a interpretar os dados e a compreendê-los.

Para respondermos aos objetivos da pesquisa, a coleta dos dados ocorreu nos documentos referentes às triagens realizadas na APAE de Casca (RS). A associação possui um total de 70 triagens relativas ao período delimitado da pesquisa, de 2014 a 2019. Nesse cenário, trabalhamos com uma amostra de 50 triagens, sendo essas identificadas através do método de amostragem por sorteio.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Considerando as informações evidenciadas nos caminhos metodológicos da pesquisa, passamos, então, à apresentação dos resultados alcançados através da Análise de Conteúdo, com a finalidade de respondermos aos objetivos desta pesquisa. As categorias identificadas na análise são relacionadas ao perfil, às condições de vida, ao processo de encaminhamento para o atendimento na APAE, à invisibilidade das famílias e às expectativas do grupo familiar; como retratado a seguir.

3.1 Entrando na casa da pessoa com deficiência

Inicialmente, a pesquisa permitiu localizarmos resultados capazes de identificar o perfil e o contexto social do público-alvo da instituição, os quais são fundamentais para respondermos a um dos objetivos deste trabalho, ressaltando quem são os sujeitos atendidos na APAE de Casca (RS), e alguns elementos acerca das relações estabelecidas no contexto de vida deles. Diante do exposto, cabe salientarmos informações como a idade, o sexo e o estado civil dos pais ou responsáveis, aspectos encontrados na coleta de dados referente à amostra sorteada. Essas informações estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Identificação da idade, sexo e estado civil dos pais/responsáveis do público-alvo da APAE de Casca (RS).

Idade dos indivíduos atendidos na APAE de Casca (RS) (anos)					Sexo dos indivíduos atendidos na APAE de Casca (RS)		Estado civil dos pais/responsáveis		
0 a 5	6 a 11	12 a 17	18 a 23	+ 60	Feminino	Masculino	Casados	Divorciados	União Estável
4	30	13	2	1	16	34	20	9	16

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Logo, a Tabela 1 nos mostra que a grande maioria dos assistidos são do sexo masculino, somando um total 34 sujeitos dentre as 50 triagens que foram analisadas. Ainda, dentre os dados verificados observamos que 30 usuários têm entre 6 a 11 anos de idade, e que a maioria dos pais/responsáveis são casados (20), seguido por aqueles que relatam estar em uma união estável (16).

Em meio aos dados coletados e apresentados nas triagens do setor de assistência social da APAE de Casca (RS), foram identificadas informações que nos fazem compreender e refletir sobre as condições de vida do seu público-alvo. À vista disso, esta categoria também nos apresenta índices sobre as características habitacionais dessas famílias, sendo identificado se a moradia é própria, alugada ou cedida; se possuem condições de infraestrutura; o tipo de construção da moradia, bem como seu número de peças, conforme ilustrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Identificação das características habitacionais, tipo de construção, número de peças e condições de infraestrutura das moradias do público-alvo da APAE de Casca (RS).

Características habitacionais										Tipo de construção			
Própria			Alugada			Cedida				Alvenaria	Madeira	Mista	S. resp.
31			17			2				17	8	17	8

Número de peças										Condições de infraestrutura		
3	4	5	6	7	8	9	10	13	Sem resposta		Possuem	Sem resposta
3	4	4	4	8	14	3	4	1	5		46	4

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Reconhecemos que a pessoa com deficiência exige maior atenção e cuidado, sendo indispensável fazer relação à questão financeira, uma vez que só assim é possível adquirir materiais específicos e ofertar melhores condições de infraestrutura e moradia, visando atender às demandas apresentadas. Ainda, é importante abordarmos que as condições de vida da família

afetam diretamente na qualidade de vida do sujeito com deficiência, interferindo no seu contexto social.

Entretanto, se pensássemos sobre esses dados separadamente, talvez, não absorvêssemos a ideia central da pesquisa; por isso, compreendemos que pensar acerca do conceito de casa é abordar não somente as questões sobre a habitação, mas, sim, o seu real significado.

A casa é o primeiro universo ao qual pertencemos; é o nosso abrigo. Ela nos acompanha há muitos anos, em diferentes eras. Atualmente, é vista como uma mercadoria de consumo, em decorrência de ser, também, uma necessidade humana. Ainda, é possível considerá-la “uma das maiores forças de integração para os pensamentos, lembranças e os sonhos do ser humano, pois sem ela, o homem seria um ser disperso pelo mundo” (GERALDI, 2010, p. 40). Sendo assim, a casa possui diferentes significados, podendo ser compreendida somente como uma construção física ou ser reconhecida como um espaço de segurança, cuidado e de espaço no mundo.

Em relação às pessoas com deficiência, a casa, por muito tempo, foi o único lugar possível de acesso. Historicamente, relacionamo-nos pouco com elas, pois, normalmente, viviam dentro de suas casas, isoladas. Muitas das casas são “o ambiente da pessoa com deficiência, o lugar no qual os móveis e objetos estão dispostos de uma maneira que permita o seu tráfego, e que lhe transmita segurança” (GERALDI, 2010, p. 43).

Pensarmos em casa, moradia e habitação é pensarmos em direitos garantidos. Todavia, há muitos fatores que acabam interferindo no bom andamento da casa e no seu pleno desenvolvimento enquanto lugar de acolhimento e cuidado. Alguns desses podem ser pensados observando-se os dados da Tabela 3 e 4, as quais abrangem a renda sociofamiliar e o grau de instrução dos pais ou responsáveis dos assistidos da instituição em análise.

Tabela 3 – Identificação da renda sociofamiliar e outras rendas dos pais ou responsáveis do público-alvo da APAE de Casca (RS).

Renda sociofamiliar		Possui outra renda	
Até R\$ 1.000,00	12	Não possui/sem resposta	39
Até R\$ 2.000,00	13	Programa Bolsa Família (PBF)	8
Até R\$ 3.000,00	13	Pensão alimentícia	2
Até R\$ 4.000,00	5	Aluguel de imóveis	1
Até R\$ 5.000,00	3	Outras	1
Sem resposta	4		

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Tabela 4 – Identificação do grau de instrução dos pais/responsáveis do público-alvo da APAE de Casca/RS.

Grau de Instrução	Figura materna	Figura paterna
Ensino fundamental	2	1
Ensino médio	13	9
Ensino superior	6	5
Analfabeta(o)	0	1
Ensino fundamental incompleto	16	19
Ensino médio incompleto	3	6
Ensino superior incompleto	3	1
Não sabe informar/sem resposta	5	6

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Esses dados são apresentados de modo articulado, considerando as reflexões feitas por Bonadia (2008) que nos apresenta a educação como um fator extremamente importante para explicar a desigualdade de renda, uma vez que os salários são altamente influenciados pelo grau de instrução. Essa afirmação nos ajuda a refletir sobre as informações apresentadas nas tabelas: a grande maioria das famílias identificadas nas triagens possui sua renda sociofamiliar abaixo dos R\$ 3.000,00, sendo que 12 delas têm renda abaixo de R\$ 1.000,00. Além disso, podemos observar que somente 11 pais/responsáveis têm sua formação com o ensino superior completo, sendo a maioria com ensino fundamental incompleto.

Comprendemos, ainda, que, até pouco tempo atrás, em municípios de pequeno porte, como é o caso de Casca (RS), onde está localizada a APAE, a cultura de evasão escolar para auxiliar nos trabalhos domésticos ou de agricultura era bastante enraizada. Os costumes eram uma forma de educar as novas gerações por meio do trabalho, como abordam Marin *et al.* (2012, p. 767),

conforme a idade, o sexo e a força física, as crianças incorporavam-se às atividades produtivas e reprodutivas das famílias, na condição de ajudante. As gerações mais velhas atribuíam ao trabalho das crianças um significado primordial em sua socialização, uma vez que elas se preparavam para tornar-se os futuros agricultores ou donas de casa, assim como seus pais.

Logo, é possível pensarmos que a grande maioria dos pais/responsáveis, analisados através das triagens, que apresentaram ensino fundamental incompleto pode ter vivido esse processo histórico e foram incentivados a abandonar a escolarização, visto que a família acreditava que o conhecimento adquirido na comunidade era necessário para sobreviver, sendo mais importante do que o da escola (MARIN *et al.*, 2012).

Contudo, também é necessário compreendermos que “a nossa sociedade tende a excluir do processo de produção aqueles que tiveram um menor nível de capacitação graças a um sistema educacional fraco” (BONADIA, 2008, p. 13). Por isso, entende-se que o salário do indivíduo aumenta conforme seu nível de escolarização e, ainda, se o nível de educação continuar aumentando, a remuneração também aumentará.

Ademais, Bonadia (2008, p. 20) apresenta os seguintes índices:

aqueles indivíduos que possuem entre 1 a 4 anos de estudo, que teriam completado no máximo o primário, recebem em 1976 57% mais que aqueles que têm 0 anos de estudo. Já em 2006, aqueles que estudaram além da escola, ou seja, possuem de 12 a 17 anos de estudo, recebem quase 200% a mais que aqueles que não obtiveram educação.

Esses dados apresentados pela autora vão ao encontro das informações coletadas na pesquisa. Observando que são somente 11 pessoas que possuem ensino superior completo, podemos fazer relação com as 8 famílias que têm salário igual ou maior a R\$ 4.000,00. Sendo assim, é possível considerarmos que “a educação que o indivíduo possua ajudará imensamente a tornar a recompensa pelo seu trabalho mais rentável. Aqueles que possuem um nível maior de estudo poderão ocupar-se em atividades cada vez mais reconhecidas monetariamente” (BONADIA, 2008, p. 23).

Nesse sentido, é possível analisarmos que a escolarização dos pais/responsáveis influencia diretamente na qualidade de vida das pessoas com deficiência, considerando que o nível de instrução se relaciona com a renda sociofamiliar e com os salários recebidos. Por sua vez, esta tem relação também com a oferta de qualidade de vida aos sujeitos dependentes, possibilitando, conforme aumenta a renda – em decorrência do aumento de escolarização -, maior conforto, segurança e cuidado.

É importante lembrar que as pessoas com deficiência apresentam necessidades que exigem adaptações; principalmente, as que têm deficiência física, a fim de que elas consigam realizar suas atividades diárias e garantir seus direitos fundamentais. Essas adaptações acabam sendo possíveis, na maioria das vezes, somente pelas famílias que apresentam melhores condições de vida.

Todavia, a maior parte das famílias não visualiza a possibilidade de um filho com deficiência; por isso, o planejamento para atender a essas necessidades só começa após seu nascimento ou com a confirmação de um diagnóstico. Por muitas vezes, esse acaba sendo um processo demorado e custoso, sendo inviável, em algumas situações, considerando a questão

de renda. Inclusive, isso acaba prejudicando o membro familiar com deficiência, ocasionando que ele não desenvolva suas habilidades como, talvez, poderia.

3.2 O (não) cuidado das famílias na triagem

Esta categoria da pesquisa busca discutir acerca da invisibilidade das famílias nas triagens, abordando questões desde a gestação e do parto, ao relacionamento entre os integrantes do grupo familiar e, principalmente, às condições da família em atender a deficiência.

Primeiramente, faz-se necessário, neste tópico, pensarmos sobre o conceito de família³. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é considerada família quando há um conjunto de pessoas que se consideram unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade (BRASIL, 2004). A PNAS também enfatiza

que por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio cultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida (BRASIL, 2004, p. 41).

Esses aspectos são de suma importância para a discussão apresentada nesta pesquisa, uma vez que a descoberta de uma pessoa com deficiência dentro da família é um momento permeado de sentimentos confusos e negativos. Como destacam Vieira *et al.* (2012, p. 83) é um momento que gera “revolta, medo, frustração, não aceitação, susto, chateação, desespero, angústia, confusão, tristeza, culpa, contrariedade, preconceito, uma sensação de vazio interior, choque, vergonha, depressão e ansiedade”.

Essa descoberta também causa a sensação da perda do filho perfeito, o fim dos sonhos e das expectativas apostadas, causando, em algumas famílias, o sentimento de luto. Com todos esses acontecimentos, ocorrem alterações nos relacionamentos dentro da família; sobretudo, no momento da descoberta do desafio que chega para a vida, quando as mudanças ainda são desconhecidas. Vieira *et al.* (2012) salientam que esse momento exige adaptações e

³ “A família caracterizada pela presença dos pais e dos filhos é denominada família nuclear, e aquela que se caracteriza pela presença dos avós, tios e outros parentes, é chamada de família extensa. Outras formas de constituição familiar estão surgindo, tem-se como exemplo as famílias homoparentais constituídas por dois homens ou duas mulheres” (CAPISTRANO, 2018, p. 55).

reformulações, sendo uma situação diferente para cada família, e que depende dos recursos que se tem para enfrentar a situação.

Com isso, podemos refletir sobre os dados coletados e apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Identificação do relacionamento familiar do público-alvo da APAE de Casca/RS.

	Marido x Mulher³	Pais x Usuário	Irmãos x Usuário
Bom relacionamento	17	7	10
Relacionamento complicado	10	11	7
Acata mais a mãe	-	4	-
Acata mais o pai	-	11	-
Sem resposta/não tem irmãos	23	21	34

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Por muitas vezes, o relacionamento complicado entre os pais/responsáveis, usuário e irmãos é decorrência da dificuldade de compreender e de saber agir frente à deficiência do familiar. Como podemos observar, o bom relacionamento entre pais/responsáveis e usuários aparece 7 vezes, enquanto o relacionamento complicado aparece 11 vezes. Esse dado pode ser resultado do impacto causado pela confirmação ou, muitas vezes, pela suspeita de um diagnóstico. Viera *et al.* (2012, p. 85, grifo do autor) concordam que “ao sentir-se sem o controle da situação diante da notícia que muda o rumo de seus planos, a família *angustia-se por medo do desconhecido* e vê seus sonhos fragmentados ruírem.”

Contudo, além disso, buscamos refletir acerca das condições da família em atender a deficiência, sendo identificada, em todas as 50 coletas, a falta de respostas para essa questão. Esse é um dado relevante e que merece atenção, considerando que devemos pensar sobre como a família está preparada para atender um membro com deficiência.

A família é o primeiro lugar de pertencimento de uma pessoa; é nela que ocorre a construção das primeiras vivências, dos afetos, dos medos e dos estímulos. Por isso, faz-se necessário o cuidado e o desenvolvimento de ações que interfiram, positivamente, na vida da pessoa com deficiência. Capistrano (2018, p. 56) enfatiza que, para isso acontecer,

³ Compreendemos que a configuração familiar transpassa a relação homem e mulher, porém, nesse caso, foi considerado a nomeação referente à triagem do setor de assistência social da APAE de Casca (RS). Do mesmo modo, reconhecemos a necessidade de se rever tal nomenclatura.

desde cedo a família deve ser apoiada na aceitação da deficiência e o sistema de relações deve possibilitar o desenvolvimento de cada um de seus membros. Neste percurso, as orientações da APAE e a construção de uma relação de confiança e de apoio mútuo são fundamentais, principalmente por ser uma associação de pais e por ter como missão o apoio à família.

Se é possível, portanto, identificar a possibilidade do nascimento de uma criança com deficiência no pré-natal, também pode-se possibilitar o preparo da família para atender essa situação (VIEIRA *et al.*, 2012). Entretanto, mesmo com o preparo antecipado, através da realização do pré-natal, não é anulado o momento que as famílias passam em decorrência das expectativas frustradas em relação ao filho perfeito. A partir disso, podemos analisar os dados obtidos em relação à gestação e ao parto identificados nas triagens, como apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 – Identificação de como foi a gestação e o parto do público-alvo da APAE de Casca/RS.

Gestação	
Realizou o pré-natal	32
Não realizou o pré-natal	2
Tranquila/sem intercorrências	18
Teve intercorrências	15
Fez uso de medicamentos	3
Fez uso de álcool/drogas	4
De risco	4
Sem resposta	5
Parto	
Normal	17
Cesária	28
Chorou logo ao nascer	26
Não chorou logo ao nascer	6
Teve complicações	15
Sem resposta	3

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Conforme visto nos dados da Tabela 6, é possível identificarmos que, na maioria dos casos, foi realizado o procedimento de pré-natal. Todavia, também podemos perceber a grande quantidade de casos que apresentaram alguma intercorrência na gestação ou no parto.

Nesse cenário, é importante pensarmos acerca das orientações sobre o desenvolvimento infantil; assim como, de que forma a questão da deficiência está sendo abordada junto aos acompanhamentos do pré-natal. É fundamental que profissionais capacitados aprofundem tais questões, a fim de nortear as famílias em possíveis momentos de incertezas e anseios.

Por fim, é possível compreendermos os resultados alcançados nessa categoria, sendo identificado que o processo de aceitação do filho com deficiência pode, muitas vezes, acabar sendo doloroso e permeado por sentimentos ruins. Esses que, como podemos ver, podem começar desde os acompanhamentos do pré-natal, no qual, em algumas situações, já é possível identificar a deficiência.

O processo de luto dos pais e familiares pode durar meses ou anos, o que acaba interferindo diretamente nas relações, prejudicando os relacionamentos, a qualidade de vida e a inclusão social da pessoa com deficiência.

Outro ponto que merece nossa análise é o dado em relação à falta de resposta nas informações apresentadas na Tabela 5. Embora esse dado se apresente de forma significativa na coleta, sabemos que ele não é transcrito na íntegra, em virtude de que, no momento da triagem, a Assistente Social acaba não transcrevendo, para o documento, todas as respostas obtidas com seus questionamentos, o que pode prejudicar o andamento do acolhimento e da atenção à família.

O cuidado à família e as relações estabelecidas nela são fundamentais para a qualidade do atendimento da pessoa com deficiência, uma vez que a família é o elo que une o sujeito e a instituição. Dessa forma, é necessário, também, que a esta compreenda que seu papel é fundamental no processo de atendimento ao sujeito assistido.

3.3 O que tem por de trás do encaminhamento?

Durante a pesquisa, identificamos que, no momento do encaminhamento de possíveis assistidos à APAE de Casca (RS), a rede deve identificar qual é o motivo da ação. Por muitas vezes, ao fazer esse movimento, acaba diagnosticando e estereotipando os sujeitos.

Dessa forma, esta categoria busca discutir sobre os dados que remetem à procedência do encaminhamento; bem como, acerca da informação que vem articulada à questão da deficiência sobre o ponto de vista do informante e os códigos da CID-10 identificados ao longo

do processo. Tais informações auxiliam a compreendermos o que demarca a realidade do público-alvo da APAE em análise neste trabalho.

Como resultado das 50 triagens que foram analisadas, podemos identificar a procedência dos encaminhamentos dos usuários, conforme designado na Tabela 7.

Tabela 7 – Identificação da procedência do encaminhamento do público-alvo da APAE de Casca/RS.

Escola de ensino regular	Médicos de distintas áreas	Secretaria municipal de saúde	Conta própria
30	11	7	3

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Os demais acessos à instituição também foram realizados por transferência (1), por indicação (2) e pela assistência social (2), considerando, ainda, que 3 triagens se encontravam sem respostas para essa questão.

Refletindo sobre esses dados, é possível analisarmos a importância das redes no processo de encaminhamento de novos assistidos à APAE de Casca (RS). Segundo Bourguignon (2005 *apud* PINTOR; LLERENA JÚNIOR; COSTA, 2012, p. 207),

[...] o termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoa.

Sendo assim, a articulação de diferentes setores em rede é fundamental para projetar uma maior inclusão da pessoa com deficiência junto à sociedade, a fim de garantir direitos fundamentais a esses sujeitos. Entretanto, o trabalho em rede, por muitas vezes, acaba sendo difícil e não gera os resultados esperados, nem novos planejamentos ou melhoras na qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Essa análise reflete-se na grande quantidade de encaminhamentos que são feitos para as APAEs, sendo esses desde a escola de ensino regular até os setores da política de saúde (ver Tabela 7). Como já mencionamos neste artigo, as APAEs surgiram em decorrência da falta de políticas públicas de atenção à pessoa com deficiência; logo, é possível compreender a necessidade de tais ações.

Além do exposto, o despreparo da rede para realizar os encaminhamentos é um tópico fundamental a ser discutido, pois, em muitos casos, acaba agravando a necessidade do sujeito e, ainda, pela falta de conhecimento, pode causar a estigmatização dos indivíduos que buscam por seus direitos. De acordo com Geraldí (2010), as políticas públicas, muitas vezes, são

planejadas a partir de uma visão que não busca praticar transformações para englobar as pessoas com deficiência.

O estigma, como reitera Goffman (1988), surgiu para identificar sinais que apresentavam algo ruim relacionado aos sujeitos e, dessa forma, se esses sinais se mostravam evidentes, determinada pessoa deveria ser excluída da vida em sociedade. Em outros termos, esse é um estereótipo que atribuímos a alguém e que surge em consequência da categorização que a sociedade impõe entre o certo e o errado, o normal e o anormal. Geraldi (2010, p. 27) complementa que “ao ver um estranho, se surgir evidências de que ele possui um atributo que o torne diferente – um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – deixa-se de considerá-lo normal, reduzindo-o e diminuindo-o”. Com esse movimento da sociedade, há um grande risco de as pessoas com deficiência acabarem sendo reduzidas somente a suas deficiências, ignorando suas potencialidades. Essa perspectiva deixa marcas nesses indivíduos, fazendo com que eles não se reconheçam mais como parte da coletividade.

Outrossim, os dados nos fazem perceber que a rede socioassistencial, frequentemente, não consegue atender às demandas que são apresentadas. Essa ação faz com que as famílias com membros com deficiência fiquem desamparadas e com suas necessidades cada vez mais expressivas. Diante disso, consideramos que é necessário compreendermos melhor a política de educação e os encaminhamentos realizados pela escola de ensino regular, uma vez que esses se apresentaram de forma significativa na pesquisa.

Pletsch (2014) infere que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, incluía um artigo que recomendava que a educação da pessoa com deficiência devia ocorrer, quando possível, no sistema geral de educação. Contudo, a criação de associações como a APAE, em 1954, teve contribuição na área da Educação Especial no Brasil.

Já em 1970, movimentos a favor da integração começaram a surgir. Essa visava a preparação das pessoas com deficiência para que demonstrassem ter condições de acompanhar a turma de ensino regular, através de apoio educacional especializado; porém, como salienta Pletsch (2014, p. 6),

pode-se dizer que a proposta da integração continuava tendo como base o modelo médico da deficiência, que centrava o problema nos alunos e desresponsabilizava a escola, a qual caberia tão-somente educar os alunos que tivessem condições de acompanhar as atividades regulares, concebidas sem qualquer preocupação com as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Nessa direção, anteriormente aos anos 70, eram utilizados testes de QI, com o intuito de justificar os encaminhamentos dos sujeitos que não apresentavam comportamento desejáveis

às instituições. Esse fato “contribuiu sobremaneira para ampliar a segregação em classes ou instituições especializadas dos alunos com deficiência intelectual e outros que apresentassem problemas de aprendizagem” (PLETSCH, 2014, p. 7). Conforme podemos perceber, a solução encontrada sempre foi a segregação da pessoa com deficiência, evitando-se buscar e desenvolver ações e diretrizes capazes de atender às necessidades desses sujeitos.

Analisando os dados apresentados nessa categoria, conseguimos identificar que o maior informante, através dos encaminhamentos, de assistidos pela APAE de Casca (RS) é a escola de ensino regular, apresentando, de forma significativa, como deficiência dos sujeitos, a dificuldade de aprendizagem/conhecimento (ver Gráfico 1).

Como teoriza Pletsch (2014, p. 8), “o laudo não é um instrumento inocente, e seus usos e implicações variam bastante. A identificação por meio do laudo pode estigmatizar e marcar negativamente a trajetória escolar dos sujeitos”. Assim sendo, é importante discutir, nessa categoria, o surgimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantido pelo Decreto 6.571/2008 e pela Resolução nº 4 de 2009, sendo instituído, em seu artigo 2º, o qual diz que

o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009).

Entretanto, um estudo de Guerra *et al.* (2015) identificou que a grande maioria das crianças que são encaminhadas ao AEE não possuem diagnóstico, sendo aparente a dificuldade dos professores de apresentarem critérios para essa ação. Esse fato confirma a pesquisa realizada, visto que foi apontado que somente cinco encaminhamentos identificados nas triagens foram realizados em decorrência do diagnóstico. Guerra *et al.* (2015, p. 325) refletem, ainda,

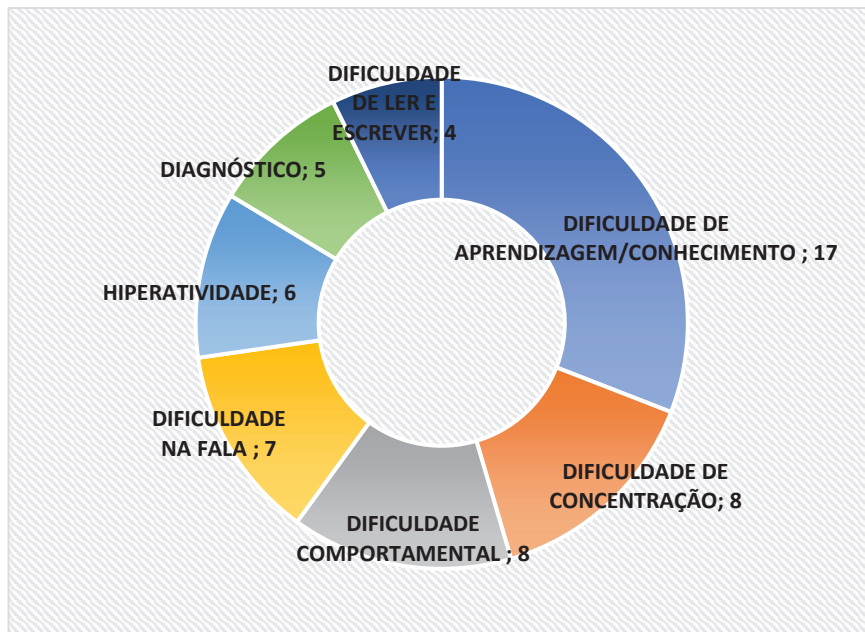
que esse tipo de descrição não deixa claro qual o problema de comportamento da criança; no entanto, pode sinalizar a dificuldade dos professores em identificar quais comportamentos indicam que a criança precisa de um atendimento especializado, quais são resolvidos por meios de práticas educativas direcionadas ao problema de comportamento apresentado e quais aspectos são esperados de acordo com a fase de desenvolvimento infantil.

Diante disso, é importante discutirmos sobre quais habilidades os professores devem construir para promover a aprendizagem desses sujeitos e lidar com suas necessidades, levando em consideração que esses profissionais podem acabar reforçando modelos inadequados para a

inclusão. Deve-se, também, idealizar um ensino regular preparado e que apresente recursos para atender tais demandas, uma vez que a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento dos sujeitos e pode atuar na prevenção das deficiências descritas pelos informantes (GUERRA *et al.*, 2015).

Dando continuidade à apresentação dos resultados, pode ser discutido, juntamente com a procedência do encaminhamento, a deficiência sobre o ponto de vista do informante⁵, o que apresentou significativas implicações para a discussão, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Identificação da deficiência sobre o ponto de vista do informante do público-alvo da APAE de Casca (RS).



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como visto no Gráfico 1, identificamos que o maior percentual, com 17 coletas, foi apresentado pelo informante a *dificuldade de aprendizagem/conhecimento*; enquanto, em segundo lugar, presentes em 8 coletas, está a *dificuldade de concentração* e a *dificuldade comportamental*. Além dos resultados expostos no gráfico, foram identificados, nos relatórios de coleta de dados, outros resultados apresentados pelos informantes, como a dificuldade motora (3), a suspeita de autismo (1), a convulsão/epilepsia (2), a dislexia (2), a síndrome de down (1), a deficiência intelectual (1) e, ainda, 1 sem resposta. Cabe ressaltarmos que, em algumas triagens, constata-se mais de um parecer por sujeito.

⁵ Cabe considerar que esse tópico, na triagem do setor de assistência social da APAE de Casca (RS), encontra-se nomeado como “problema sobre o ponto de vista do informante”. Entretanto, neste artigo, a nomenclatura utilizada será “deficiência sobre o ponto de vista do informante”, visto que reconhecemos que a deficiência não é um problema e que não deve ser vista como tal.

Apresenta-se, também, com relevância nesta categoria, o tópico de diagnóstico, ou a falta dele. Ademais, detectamos, junto à coleta de dados, a presença do CID-10 dos sujeitos assistidos pela APAE de Casca (RS). Esses, por sua vez, apresentaram-se de forma diversa, conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8 – Identificação dos códigos da CID-10 do público-alvo da APAE de Casca (RS).

Códigos da CID-10 identificados na coleta de dados								
F70	F84	F81.3	F83	F81.0	F90	F84.0	F81	F80
11	4	4	4	3	3	3	3	3

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como identificação dos códigos da CID-10 apresentados, estão o Retardo Mental Leve (F70); os Transtornos Globais de Desenvolvimento (F84); o Transtorno Misto de Habilidades Escolares (F81.3); os Transtornos Específicos Misto do Desenvolvimento (F83); o Transtorno Específico de Leitura (F81.0); os Transtornos Hipercinéticos (F90); o Autismo Infantil (F84.0); os Transtornos Específicos do Desenvolvimento das Habilidades Escolares (F81), e os Transtornos Específicos do Desenvolvimento da Fala e da Linguagem (F80)⁴.

De acordo com Di Nubila e Buchalla (2008, p. 326), a Classificação Internacional de Doenças (CID)

[...] veio sendo estruturada, por mais de um século, primeiro como forma de responder à necessidade de conhecer as causas de morte. Passou a ser alvo de crescente interesse e seu uso foi ampliado para codificar situações de pacientes hospitalizados, depois consultas de ambulatório e atenção primária, sendo seu uso sedimentado também para morbidade.

⁴ Ainda, foram identificados alguns códigos da CID-10 que tiveram pouca expressividade nessa sondagem, aparecendo entre uma e duas vezes no roteiro, sendo esses as Convulsões não classificadas em outra parte (R56); a Síndrome de Down (Q90); o Transtorno com Hípercinesia Associada a Retardo Mental e a Movimentos Estereotipados (F84.4); o Retardo Mental Moderado (F71); o Transtorno Expressivo de Linguagem (F80.1); a Neurofibromatose não-maligna (Q85.0); o Nistagmo e outros movimentos irregulares do olho (H55); a Leucomalácia Cerebral Neonatal (P91.2); Outros Recém-Nascidos de Pré-Termo (P07.3); a Perda não Especificada de Audição (H91.9); o Retardo Mental Leve – Outros comprometimentos do comportamento (F70.8); o Transtorno de Conduta não Especificado (F91.9); os Distúrbios da Atividade e da Atenção (F90.0); os Transtornos Mistos de Conduta e das Emoções (F92); o Transtorno Específico da Articulação da Fala (F80.0); a Dislexia e Outras Disfunções Simbólicas, não classificadas em outra parte (R48); a Dislexia e Alexia (R48.0); os Transtornos Emocionais com Início Especificamente na Infância (F93); a Dor Abdominal e Pélvica (R10); a Epilepsia (G40); o Transtorno Hipercinético de Conduta (F90.1); Outros Transtorno Comportamentais e Emocionais Especificados com Início Habitualmente na Infância ou Adolescência (F98.8), e a Mucopolissacaridose do Tipo II (E76.1).

Esse conceito auxiliaria no acesso a informações sobre diagnósticos que poderiam ser utilizadas em diferentes situações e para diferentes finalidades (DI NUBILA; BUCHALLA, 2008); bem como, ao acesso a vários tipos de benefícios, uma vez que

a maioria das leis no Brasil, que concede benefícios a pessoas com deficiência, tem como exigência a apresentação de laudo médico, algumas vezes acompanhado da avaliação e assinatura de outros profissionais de equipes multiprofissionais, com o preenchimento de campos específicos para códigos da CID ou a simples informação destes códigos em atestados médicos em receituário comum assinado por médico (DI NUBILA; BUCHALLA, 2008, p. 327).

Como apresentam Di Nubila e Buchalla (2008), o uso das classificações da CID-10 pode auxiliar no entendimento das verdadeiras condições de vida das pessoas com deficiência, fazendo com que elas façam parte das estatísticas e tenham influência nas tomadas de decisões, nas políticas públicas e em intervenções.

Essa e tantas outras questões abordadas nessa categoria indicam a necessidade de se pensar acerca da temática em evidência, como a relação da rede e as pessoas com deficiência. É notória a falta de planejamento das políticas sociais para atender a esse público, o que, conseqüentemente, acaba acarretando em mais demandas para a vida da pessoa com deficiência. Dessa forma, quando é realizado o encaminhamento para a instituição APAE, o sujeito – e também a família – que já é apontado historicamente acaba chegando com marcas de preconceito, estigma e exclusão, pois, até então, nenhuma política olhou e atendeu suas necessidades.

Conforme identificamos, os encaminhamentos mais decorrentes foram feitos pela escola de ensino regular; porém, esse processo pode ser doloroso para o sujeito, visto que o laudo direcionado a ele pode acarretar profundamente na sua estigmatização e na sua exclusão dentro e fora da escola. Essas ações são ainda mais prejudiciais ao indivíduo quando o seu diagnóstico é fechado, e ele e a família se sentem presos a essa sentença pelo resto da vida.

Essa sensação de estar preso ao diagnóstico é causada pela falta de cuidado que a família vive na rede e nas políticas públicas; por muitas vezes, nem a escola nem os diferentes setores da saúde e as demais políticas buscaram abordar e trabalhar essas questões. Pelo contrário, ao invés de se abrirem as portas, fecham-se os olhos frente ao que é necessário ser compreendido, e essa ação acaba isolando, segregando e retirando do meio social as pessoas com deficiência.

3.4 O que pensam as famílias da pessoa com (suspeita de) deficiência?

Esta categoria busca refletir expressivamente sobre as expectativas das famílias no momento do acolhimento e em relação ao possível ingresso de seus dependentes junto à APAE de Casca (RS), como apresentado nos resultados designados na Tabela 9.

Tabela 9 – Identificação das expectativas das famílias e do possível ingresso de seus dependes na APAE de Casca (RS).

Expectativas das famílias		Concorda com a possível inserção na APAE	
Que se recupere	6	Sim	20
Que aprenda/melhore	26	Não	0
Família busca conhecimento de como agir	1	Sem resposta/não apareceu	30
Sem resposta/não apareceu	17		

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Frente aos dados, é notório que algumas famílias (6) desejam que o sujeito se recupere da deficiência, enquanto outros (26) a compreendem e esperam um melhor desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida. Sobre isso, Barbosa, Balieiro e Pettengill (2012, p. 195) dizem que

há famílias que dão conta do desafio, enquanto outras têm maior dificuldade e não conseguem se reorganizar. Dão mostras de desesperança, desânimo e cansaço na jornada com a criança e, por vezes, sua estrutura é ameaçada e sua capacidade de reagir frente às situações de crise potencialmente desestruturantes encontra-se enfraquecida.

Muitas vezes, isso acontece pela falta de direcionamento da família; algumas acabam procurando por ajuda para saber como agir diante da situação – como é o caso da identificação que realizamos, na qual esse índice teve 1 resposta (Tabela 9). Nesse contexto, muitas famílias acabam se deparando com desafios e dificuldades no cuidado para com a criança; por isso, a atenção à família é fundamental para fortalecer as relações (BARBOSA; BALIEIRO; PETTENGILL, 2012). Logo, é nesse meio que as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) direcionam seus objetivos e princípios.

A relação entre as APAEs e as famílias é um vínculo que deve ser construído com base na confiança e no apoio, sendo um elo fundamental para o desenvolvimento das potencialidades do assistido. Segundo Capistrano (2018, p. 58), “é esta integração entre pais e profissionais que contribui para que ambas as partes encontrem a melhor maneira de tratamento para os usuários”. Sendo assim, é nesse âmbito que se deve abordar, junto às famílias, questões como o desejo de recuperação de seus dependentes, uma vez que esses sujeitos são encaminhados às instituições por serviços que até o momento não olharam para as suas necessidades.

É comum que as famílias compreendam a deficiência como uma doença que tem tratamento e que possui duração determinada, como se, após ela, o indivíduo pudesse desenvolver habilidades e superar as suas dificuldades. Entretanto, esse pensamento é resultado da falta de esclarecimento e de apoio pelas políticas públicas, causando a superproteção do membro familiar com deficiência, a fim de prevenir que esse seja excluído do meio social e estigmatizado, como já vimos no decorrer deste artigo. Vaz (2010, p. 88) teoriza essa reflexão abordando que

as relações da família com a deficiência vão diferenciar à medida que se tem esclarecimento, conhecimento, apoio de equipamentos públicos e da capacidade dos pais de verem a criança antes da deficiência, com todas suas necessidades independentes da deficiência, e isso depende da experiência, do apoio de serviços e do acolhimento das demandas psicológicas dos pais por profissionais qualificados.

Considerando a compreensão de que as políticas públicas não prestam acolhimento as pessoas com deficiência e a suas famílias, as APAEs buscam ofertar serviços visando o desenvolvimento desses sujeitos, atuando na garantia de seus direitos; assim como, o auxílio aos pais/responsáveis, para que possam interpretar e atender às necessidades da pessoa com deficiência.

Todavia, ainda existe muito preconceito em relação à entidade APAE, pois essa é, historicamente, estigmatizada como a escola dos “não-normais” e, conseqüentemente, o receio de se direcionar à instituição se apresenta dentro das famílias e na sociedade. Estas que acabam deixando de procurar os serviços por acreditarem em tais definições enraizadas. Contudo, podemos analisar, na Tabela 8, que, quando questionado se concordavam com a possível inserção do seu dependente na APAE de Casca (RS), não foi identificado nenhuma resposta negativa; contabilizando, então, 20 posicionamentos positivos.

Porém, é indispensável refletirmos acerca das 30 triagens que estavam sem respostas, ou que o dado não aparecia. O questionamento sobre esse fator é fundamental para que a APAE

busque compreender o conhecimento que as famílias têm sobre a instituição e para que possa intervir na socialização das informações do processo histórico do movimento apaeano.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível concluirmos que as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) têm um papel fundamental na promoção de qualidade de vida às pessoas com deficiência e no cuidado às famílias. Fundadas em decorrência da inexistência de políticas sociais voltadas a esse público, atuam diretamente na viabilização dos direitos dele.

Dessa forma, podemos avaliar que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados, uma vez que se identificou o perfil e o contexto social do público-alvo da APAE de Casca (RS); assim como, as expectativas das famílias em relação à possível inserção de seus dependentes junto à instituição. Foi possível, ainda, identificarmos pontos que devem ser repensados e reformulados junto às triagens do setor de assistência social, bem como as nomenclaturas utilizadas e a possível reformulação de algumas perguntas, sendo incluída a questão sobre as condições da família em atender a deficiência no módulo que aborda os relacionamentos familiares.

Com os resultados identificados, é possível apontarmos novos caminhos e novas metodologias de intervenção, considerando as características do seu público-alvo; possibilitando que essas sejam cada vez mais assertivas, promotoras da qualidade de vida e efetivas na vida dos assistidos da instituição. Além disso, é necessário que haja a articulação das políticas públicas para que, dessa forma, as necessidades desses sujeitos e de suas famílias sejam devidamente sanadas.

O Serviço Social deve trazer, para o seu meio, maiores discussões sobre o tema, desenvolvendo produções capazes de contribuir para a atenção integral, o cuidado e o acolhimento das pessoas com deficiência, repudiando qualquer forma de preconceito, exclusão e punição para com as famílias; evitando que elas sejam rotuladas como negligentes frente a essa questão, tendo em vista que muitas das famílias que passam por isso não têm conhecimento nem compreensão de tal conceito.

Por fim, ressaltamos que é de extrema importância que se discuta a necessidade de planejamento de políticas públicas, ações e serviços que englobem questões sobre a pessoa com deficiência, buscando proporcionar qualificação para os técnicos, os profissionais, os familiares e a sociedade, a fim de desenvolver, em rede, um acesso mais humanizado e garantidor de direitos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CASCA. Estatuto. 2015. Disponível em: <http://casca.apaers.org.br/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

BARBOSA, Maria Angélica Marchetti; BALIEIRO, Maria Magda Ferreira Gomes; PETTENGILL, Myrian Aparecida Mandetta. Cuidado centrado na família no contexto da criança com deficiência e sua família: uma análise reflexiva. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 194-199, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v21n1/a22v21n1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Resolução nº 4, de outubro de 2009. *Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BONADIA, Paula Rocha. *A relação entre o nível de escolaridade e a renda no Brasil*. 2008. Monografia (Bacharel em Administração) – IBMEC São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/1216/Paula%20Rocha%20Bonadia_trabalho.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAPISTRANO, Maria José Lira. *A atuação do serviço social e a participação da família no acompanhamento dos usuários da APAE/Ceará-Mirim*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/7740/4/Atua%c3%a7%c3%a3odoServi%c3%a7o_Capistrano_2018.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

DI NUBILA, Heloisa Brunow Ventura; BUCHALLA, Cassia Maria. O papel das classificações da OMS – CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 324-335, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v11n2/14.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GERALDI, Débora. *Do estigma social à invisibilidade: a pessoa com deficiência física nas políticas públicas voltadas para a redução de desastres*. 2010. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6720/3299.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GUERRA, Bárbara Trevizan *et al.* Análise das queixas da rede municipal encaminhadas para a Educação Especial. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 321-328, mai./ago., 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2823/282342222013.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua *et al.* O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 763-786, out./dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v50n4/a10.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MARTENDAL, Adriana Camargo. *A inclusão das pessoas com deficiência na rede educacional pública sob a ótica das famílias atendidas na APAE de Florianópolis*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/119331>. Acesso em: 24 mar. 2020.

MATOS, Rita de Cássia de Freitas. *O perfil socioeconômico dos usuários atendidos pelo CENAE através das triagens e avaliações sociais pelo serviço social*. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial286561.PDF>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

PINTOR, Nelma Alves Marques; LLERENA JÚNIOR, Juan Clinton; COSTA, Valdelúcia Alves. Educação e Saúde: um diálogo necessário às políticas de atenção integral para pessoas com deficiência. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 203-216, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4935/3815>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 81, p. 1-29, 2014. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/viewFile/1616/1325>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SASSAKI, Romeu Kasumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: Wva, 1997.

SILVA, Byanca Eugênia Duarte *et al.* Estratégias para o desenvolvimento motor, intelectual e social para beneficiários de APAES. *Revista Brasileira de Educação e Saúde*, Pombal (PB), v. 6, n. 2, p. 01-04, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328193269_Estrategias_para_o_desenvolvimento_motor_intelectual_e_social_para_beneficiarios_de_APAES. Acesso em: 24 mar. 2020.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da *et al.* Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., Curitiba. *Anais [...]*, Curitiba: PUCPR, 2009. p.4554-4566. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 14 jun. 2020.

VAZ, Viviane Cristina Silva. *A negligência familiar sob o olhar de mães e de profissionais da APAE-Franca*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98526/vaz_vcs_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 nov. 2020.

VIEIRA, Sheila de Souza. *et al.* Descoberta da deficiência auditiva pela família: vendo o futuro idealizado desmoronar. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 82-88, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ape/v25nspe2/pt_13.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.